Processo 017.582/2015-6 (com 32 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão da impugnação parcial de despesas com recursos do Programa de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, **no exercício de 2007**, transferidos ao Município de Cacimbas/PB, na modalidade fundo a fundo.

Para maior compreensão dos fatos, transcreve-se histórico preparado pela unidade técnica (peça 31):

“Os recursos federais impugnados, nos montantes, respectivamente, de R\$ 117.000,00 e R\$ 167.600,00, para execução do objeto do Programa de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, foram repassados na modalidade fundo a fundo (peça 2, p. 44-48).

3. Várias foram as Notas Técnicas emitidas pela área técnica do concedente na fase de análise da prestação de contas, das quais se destacam as de número 311//2013 (peça 2, p. 4-10) e 8148/2014 (peça 2, p. 26-32). Além dessas notas, foi emitida a Informação Técnica de peça 2, p. 66-68, e o Termo de Aprovação Parcial de peça 2, p. 16. Todas essas peças técnicas responsabilizaram o Sr. Geraldo Paulino Terto (CPF 058.792.804-20), ex-Prefeito, gestão 2005-2008, pela ausência de documentação comprobatória das despesas do CRAS relativas ao exercício de 2007, e não comprovação das despesas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, exercício de 2007, tendo como base o Relatório de Demandas Especiais 00190.008042/2008-64 da Controladoria-Geral da União (peça 2, p. 84-98).

4. O Relatório de Tomada de Contas Especial 77/2014, de 29/12/2014 (peça 2, p. 280-294), também responsabiliza o Sr. Geraldo Paulino Terto, pelas mesmas razões acima indicadas.

5. O responsável, Sr. Geraldo Paulino Terto, foi notificado pelos ofícios de peça 2, p. 50-52 (AR p. 54), p. 70-72 e 130-134 (AR p. 136), e apresentou justificativas à peça 2, p. 180-190.

6. O Relatório e o Certificado de Auditoria, além do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, todos de n.º 715/2015, foram unânimes em concluir pela irregularidade das contas. O Pronunciamento Ministerial também se coaduna aos pareceres anteriores (peça 2, p. 308-319).

[...]

8. No âmbito do TCU, com base na instrução de peça 8 e pronunciamentos de peças 9 e 11, foram realizadas as citações do Sr. Geraldo Paulino Terto (CPF 058.792.804-20) e Sr. José Galdino Neto (CPF 775.164.277-72), Secretário municipal, nos seguintes termos (ver ofícios de peças 13 e 14):

8.1. Sr. Geraldo Paulino Terto (CPF 058.792.804-20):

Ato impugnado: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Programa de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, transferidos em 2007, na modalidade fundo a fundo, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Município de Cacimbas/PB, haja vista a ausência da documentação comprobatória das despesas do CRAS e a falta de comprovação das despesas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

Evidências: Notas Técnicas de número 311/2013 (peça 2, p. 4-10) e 8148/2014 (peça 2, p. 26-32); Informação Técnica de peça 2, p. 66-68; Termo de Aprovação Parcial de peça 2, p. 16; Relatório de Demandas Especiais da Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União 00190.008042/2008-64 (peça 2, p. 84-98); Relatório de Tomada de Contas Especial 77/2014, de 29/12/2014 (peça 2 p. 280-294);

Nexo Causal: na condição de signatário do convênio e gestor máximo do município, cabia ao responsável, no mínimo, zelar para que os recursos fossem aplicados corretamente e, ao final, apresentar todos os documentos necessários à comprovação da sua boa e regular aplicação, Portanto, ao não apresentar a documentação comprobatória dos gastos e/ou das despesas efetuadas, o ex-Prefeito deu causa ao dano apurado;

Dispositivos violados: Lei 8.724, de 7/12/1993; Portaria do MDS 549/2005; art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal/88; art. 93 do Decreto-Lei 200/67.

8.2. Sr. José Galdino Neto (CPF 775.164.277-72):

Ato impugnado: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Programa de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, transferidos em 2007, na modalidade fundo a fundo, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Município de Cacimbas/PB, haja vista a ausência da documentação comprobatória das despesas do CRAS e a falta de comprovação das despesas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

Evidências: Notas Técnicas de número 311//2013 (peça 2, p. 4-10) e 8148/2014 (peça 2, p. 26-32); Informação Técnica de peça 2, p. 66-68; Termo de Aprovação Parcial de peça 2, p. 16; Relatório de Demandas Especiais da Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União 00190.008042/2008-64 (peça 2, p. 84-98); Relatório de Tomada de Contas Especial 77/2014, de 29/12/2014 (peça 2 p. 280-294);

Nexo Causal: na condição de gestor dos recursos, compete a ele apresentar todos os documentos necessários à comprovação da sua boa e regular aplicação. Portanto, ao não apresentar a documentação comprobatória dos gastos e/ou das despesas efetuadas, o ex-Secretário deu causa ao dano apurado.

Dispositivos violados: Lei 8.724, de 7/12/1993; Portaria do MDS 549/2005; art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal/88; art. 93 do Decreto-Lei 200/67.

9. Por meio do ofício de peça 12, foi realizada a diligência ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, solicitando que encaminhasse a esta Secretaria cópia dos documentos apresentados pelo Sr. Geraldo Paulino Terto, ex-Prefeito de Cacimbas/PB, em resposta às constatações dos itens 6.1.1 (página 80-83) e 6.4.1 (página 98-103) do Relatório de Fiscalização 01517/2009, relacionadas

às despesas de 2005 a 2008 dos Programas CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).”

O sr. Geraldo Paulino Terto não compareceu aos autos, enquanto o sr. José Galdino Neto apresentou defesa (peça 29).

A unidade técnica, depois de analisar a resposta à citação, em pareceres uniformes, propõe (peças 31/2), em resumo:

- considerar revel o sr. Geraldo Paulino Terto;
- julgar irregulares as contas do sr. Geraldo Paulino Terto e do sr. José Galdino Neto, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas;
- aplicar aos responsáveis acima, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

As falhas que levam ao débito apurado nos autos estão devidamente evidenciadas nas manifestações da CGU. O sr. Geraldo Paulino Terto, ao permanecer silente em relação à citação que lhe foi dirigida, abriu mão da oportunidade de se defender e de afastar as irregularidades que lhe são atribuídas. Sendo assim, permanecem os ilícitos, bem como a sua responsabilidade por eles.

Em relação ao sr. José Galdino Neto, a sua inclusão no polo passivo do presente processo se deu em razão da seguinte manifestação do Diretor (peça 9):

“Quanto ao Secretário de Ação Social (peça 4), todavia, proponho incluí-lo na citação, uma vez que, pelos termos do § 1º do art. 28 da Lei 8.742/1993, ele é o gestor de todos os recursos da assistência social municipal, sobretudo porque não há nenhuma comprovação de que ele não geriu o dinheiro em questão.”

Importante destacar que a redação original do § 1º do art. 28 da Lei 8.742/1993 era a seguinte:

“§ 1º Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social gerir o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, sob a orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.”

Somente em 2011 foi alterada sua redação, que passou a ser:

“§ 1º Cabe ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social nas 3 (três) esferas de governo gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)”

O ex-Prefeito, em sua defesa na fase interna (peça 1, pp. 184/92), alegou que o sr. José Galdino Neto era responsável pela aplicação dos recursos do fundo. No entanto, não trouxe qualquer documento que comprovasse esta delegação.

Portanto, à época dos fatos, o Secretário Municipal de Ação Social não era legalmente o gestor dos recursos do Fundo de Assistência Social, conforme alega em sua defesa. Dessa forma, sua responsabilidade, no caso em exame, deve ser afastada.

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas propõe ao Tribunal:

a) considerar revel, para todos os efeitos, o sr. Geraldo Paulino Terto (CPF 058.792.804-20), ex-Prefeito de Cacimbas/PB (gestão: 2005-2008), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

b) julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, 19 e 23 da Lei 8.443/1992, as contas do sr. Geraldo Paulino Terto (CPF 058.792.804-20), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, valor(es) eventualmente ressarcido(s):

Programas de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE:

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
9.000,00	7/2/2007
9.000,00	16/2/2007
9.000,00	7/3/2007
9.000,00	5/4/2007
9.000,00	8/5/2007
9.000,00	8/6/2007
9.000,00	10/7/2007
9.000,00	15/8/2007
9.000,00	25/9/2007
9.000,00	22/10/2007
9.000,00	23/11/2007
9.000,00	17/12/2007
9.000,00	28/12/2007

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI:

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
175,00	25/1/2007
75,00	19/3/2007
100,00	17/5/2007
225,00	15/6/2007
350,00	9/7/2007
125,00	13/8/2007
100,00	14/9/2007
50,00	10/10/2007
11.860,00	16/1/2007
3.780,00	17/1/2007
3.880,00	17/1/2007
11.880,00	12/2/2007

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
11.880,00	19/3/2007
11.760,00	19/4/2007
11.660,00	14/5/2007
13.420,00	12/6/2007
13.380,00	9/7/2007
13.300,00	13/8/2007
13.740,00	12/9/2007
14.480,00	10/10/2007
14.480,00	6/11/2007
13.800,00	18/12/2007
400,00	19/3/2007
400,00	19/4/2007
400,00	14/5/2007
400,00	12/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	13/8/2007
380,00	12/9/2007
120,00	10/10/2007
120,00	6/11/2007
60,00	18/12/2007
60,00	28/12/2007

c) aplicar ao sr. Geraldo Paulino Terto (CPF 058.792.804-20) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

e) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Brasília, em 8 de maio de 2017.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador